



ONAIR NUNES

Uma Economia agrária não se sustenta, subordinada que é a uma série de incertezas, financiamento, clima, pesticidas que envenenam a população e o meio ambiente, manipulação de pesados recursos financeiros, fuga de capitais por meio da conservação no exterior do produto das exportações, cujo financiamento não é resgatado, entre outros.

Movido por interesses corporativos e políticos, tomou conta do Brasil um movimento de transformação do país em paraíso econômico agrário. Não deu outra, perdemos a capacidade de atender às nossas responsabilidades, o comércio entrou em colapso, a insegurança econômica passou a predominar, a participação da indústria no PIB despencou, os empregos sumiram. A sociedade agrária é congenitamente um mal insidioso, parte significativa da população vive em estado de pobreza, ou pobreza extrema, e é vítima de toda sorte de injustiças.

Como todo e qualquer ser humano tem o seu nível de incompetência, que oscila de indivíduo para indivíduo em graus variados e segmentos diversos, o ambiente criado pelo retrocesso da política agrária provocou o aparecimento endêmico de aproveitadores de todos os matizes, "especialistas em generalidades", aquelas figuras que, na busca da satisfação dos seus interesses pessoais ou de seu grupo fala sobre tudo, mas não oferece solução efetiva para nada. O absurdo chegou a tal ponto que a Constituição Federal passou a ser usada para desvirtuamento de sua própria orientação e autoridade.

A prisão após decisão de Segunda Instância confirmando condenação penal ou modificando decisão de Primeira Instância para condenar chocou a consciência jurídica do país. O descalabro foi corrigido. A Justiça Trabalhista Gratuita foi extinta, a Justiça do Trabalho entrou em processo de desmanche, uma reforma trabalhista forjada em inverdades que só fez piorar as coisas para os trabalhadores foi aprovada, abrindo caminho para o arbítrio empresarial, o Mercado, genuína expressão do Poder Econômico, passou a exibir sem parcimônia sua inclinação de mandar e desmandar no Brasil, o Artigo quinto da Constituição Federal passou a ser permanentemente agredido, surgiu no horizonte ministerial uma proposta anticrime a revelar vocações totalitárias já manifestadas em condenações desproporcionadas sem embasamento na prova dos autos, a utilização no processo de prova obtidas por meios ilegais foi pleiteada, surgiu o teto de gastos, uma anomalia econômica que foi parar na Constituição Federal. Etc.

A Constituição Federal explicita a formação da República Federativa do Brasil, sua natureza de Estado Democrático de Direito e os seus fundamentos (Artigo primeiro); o Artigo segundo define os Poderes da União; o Artigo terceiro define os objetivos fundamentais da República; o Artigo quarto estabelece os princípios republicanos e o Artigo quinto sanciona os Direitos e Garantias Fundamentais, definindo os Direitos e Deveres individuais e Coletivos.

Os cinco primeiros Artigos da Constituição da República Federativa do Brasil corporificam-na, estruturam-na, fundamentam-na, estabelecem os seus princípios e colocam sob sua bandeira o cidadão nascido no país, o brasileiro naturalizado e todos aqueles que se encontram legalmente no país, significando o estar sob sua bandeira a proteção constitucional, legal, jurídica, moral e republicana. Esses cinco Artigos constituem-se essência da Constituição Federal e do Estado brasileiro, os demais são normativos.

A Constituição não é um roteiro administrativo. Nos Empreendimentos extragoverno um *business plan* deve estar configurado no Orçamento, a ser ordenado conforme o organograma geral do Empreendimento. No Orçamento Governamental o critério deve ser o mesmo, com a diferença de que o documento oficial não convola um *business plan*, mas um plano de governo que precisa oferecer de pronto, mediante rubricas, verbas específicas, Notas e gráficos um quadro completo das ações da Alta Administração para o período de sua abrangência, atendidos na forma das regulamentações e leis competentes os objetivos fundamentais da República estabelecidos no Artigo terceiro da Constituição. A não observância deste requisito implica desobediência a princípio constitucional fundamental e desvio executivo na destinação de recursos públicos, hipótese em que o Orçamento será um documento arbitrário e apócrifo a ser recusado, atraindo para o Principal da área econômica e para a figura central do Executivo a responsabilidade impeditiva de permanência nas respectivas funções. A elaboração do Orçamento e sua rigorosa execução e controle, de seu turno, compreendem a principal atividade do executivo econômico.

Por pertinente:

EM HOMENAGEM À RAZÃO

Publicado em Outubro de 2016

1.

Gastar mais, gastar menos ou nos limites da arrecadação é de cada governo e não tem de acontecer generalizadamente. O que não faz sentido é levar essa questão para a Constituição Federal, torná-la objeto de norma constitucional que mande tratar gastos dessa ou daquela maneira e, quando e se infração houver, levar matéria desse nível para a Corte Constitucional, que tem matérias da mais alta relevância para apreciar e julgar. Existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal cujos mecanismos são eficientes quando adequadamente movimentados, sendo certo que esse é um assunto para os Tribunais de Conta, no caso do Executivo para o Tribunal de Contas da União, que existe para mover-se no sentido de sua criação e cumprir o seu papel a tempo e hora. Quer-se engessar o Supremo Tribunal Federal, transformar os Srs. Ministros do Pretório Excelso, de notável saber jurídico, em fiscais de contas governamentais? O titular da Administração que gastar mais do que arrecadar sem obter suplementação de caixa de fontes regulares em níveis compatíveis com a capacidade de pagar, tem de perder o emprego; e embora o Tribunal de Contas da União seja um Órgão Auxiliar, é lá, em sede de procedimento cabível, que o assunto deve ser tecnicamente tratado e suas decisões respeitadas, acatadas. Se não for assim para quem gastar com o Órgão dinheiro público, que provavelmente não é pouco? Precisamos recobrar a sanidade. Ademais, pretender que cinco futuros governos federais e estaduais, eleitos em pleitos constitucionais regulares, sejam obrigados e engessados pelo alcance algo limitado de visão de uma Administração Tampão não parece nada razoável. A questão é muito séria para ser tratada com a pressa observada.

2.

O Brasil é um BRIC e não pode deixar de ser porque esse ou aquele segmento da Economia internacional terá sua estratégia para a América Latina perturbada. Com todo o respeito às Economias menores, Brasil, Rússia, Índia e China, com a adesão estratégica da África do Sul, não formam um conjunto de nano-países. O bloco tem suas Regras, Tratados e Convenções que estabelecem garantias recíprocas em mais de um sentido. E, especialmente, estabelecem deveres e responsabilidades que não podem ser minimizados ou ignorados.

Tratados e Convenções em separado com os membros do Bloco? É claro que isso é um modo de enfraquecer a aliança.

3.

Toda ação não pautada pelo mais completo espírito democrático encerra conteúdo fascista. Paulo Delgado, sociólogo, escreveu: *Toda forma de fascismo esconde uma grande fraqueza, abrigada nos argumentos mais estúpidos, resultando nas práticas mais agressivas.*

Apontar agressões de qualquer ordem não implica insegurança ou incerteza, é denúncia. As esquisitices de todos os matizes têm medo da luz, de serem percebidas ou descobertas; por isso, apaniguados e beneficiários, indevidos em geral, ao se mostrarem, combatem as denúncias de modo dissimulado, eivado de bom-mocismo, não raro em forma de conselhos e frequentemente como "manifestações sensatas". Nada há de sensato em certos comportamentos, é defesa de desvios, mesmo!

4.

Quando eu for chamado de volta não quero levar comigo a mais ligeira sensação de haver faltado às minhas obrigações com as pessoas a quem amo e/ou com o meu país. Há muita gente séria e honesta, claro; ao mundo não fazem falta os aproveitadores, oportunistas, mistificadores e arrivistas sem bandeira. Essas classes de gente não precisam da minha modesta ajuda, de mais bastam. Às pessoas a quem amo ou com quem convivo me dou inteiro em permanente exercício de compreensão e tolerância; em se patenteando seu descompromisso ou deslealdade retiro-me delas com a consciência em paz. Dos compromissos e deveres com o meu país, que são os compromissos e deveres de qualquer cidadão, jamais pedirei baixa, eles são irremissíveis e irrevogáveis. Nada há de novo ou especial nisso, é a posição natural de todos os cidadãos decentes.

5.

Transformar o país exclusivamente numa potência agrícola? Isso não é coisa que se diga ou queira para um país com os recursos do Brasil. Para converter uma potência agrícola em terra de miseráveis bastam duas ou três safras destruídas, o que pode acontecer de maneiras diversas, até por razões climáticas, que, com o avanço da "civilização", são, cada vez mais, o calcanhar-de-aquiles do planeta. Precisamos mais do que nunca de uma base industrial forte, sólida e estável, inclusive estratégica. Queira ver os meus artigos anteriores nesse sentido. Um exemplo:

Em boa medida, segundo a mais razoável compreensão da questão, são as más condições econômicas que dificultam o funcionamento dos governos, ao invés de serem os governos os responsáveis pelas dificuldades econômicas. Nenhum governo se inclina a, ou tem condições técnicas de, nem reações nessa área, especialmente porque governos precisam da Economia funcionando regularmente para propiciar-lhes meios de também funcionar; os seus recursos econômicos derivam dos particulares, esses sim, em boa medida, os verdadeiros responsáveis pelas mazelas econômicas, por se tratar de quem controla os meios de produção e os mercados, que não são indenes; é no jogo político que esta verdade se revela de modo contundente. Quando uma parcela representativa dessas forças, às vezes amparada por forças políticas, não gosta de, ou não quer, um governo, simplesmente produz uma crise, debitando a fatura na conta oficial e atirando a Sociedade contra o governo por meio de técnicas por demais conhecidas para merecerem aqui considerações maiores.

Frequentemente as agruras econômicas se devem à movimentação financeira sem sustentação, o que provoca expansão sem qualquer base sólida e realista, sendo fatal que o movimento econômico o "combustível" comece a escassear; a movimentação em níveis elevados em tal cenário é uma quase-ficção criada por investidores na expectativa de realizar lucros e partir. Altos preços dos imóveis, boom de construções, a indústria automobilística com vendas em permanente ascensão, o festival de viagens internacionais e as compras vultosas no exterior alimentam a ilusão de geral de alto padrão de vida que não resiste, no entanto, à mais leve aragem contrária.

Os fundamentos frágeis, em contrário ao embasamento econômico alardeado pelos interessados, ao ceder à própria fragilidade, resultam invariavelmente na penca brusca e acentuada dos investimentos, no valor dos imóveis despendendo, nas construções se retraindo, na indústria automobilística tomando choques de realidade, nas viagens internacionais ajustando-se para baixo, à Economia real e seus verdadeiros fundamentos, sem os tons dourados e miragens dos fazedores de sonhos e dos mestres da ilusão coletiva. Tudo em nome do lucro rápido e farto, financeiro/econômico ou político. O país e sua gente para investidores, especuladores e oportunistas nada representam, pátria é mera abstração; o que realmente interessa são as oportunidades de lucros, as vantagens políticas e a conquista, reforço ou consolidação de poder.

No caso do Brasil, você já se perguntou o que tiveram as razões alegadas para a balburdia recentemente verificada a ver com Economia? Salvo pela instabilidade provocada, que, claro, teve os desdobramentos da regra, decorrentes da desestabilização, de repente nem tão indesejada assim. Pragmaticamente falando, em vez de prejudicar, ajudando, porque injetou indiretamente dinheiro no mercado, privilegiando o consumo, estimulando o comércio e ajudando por extensão a produção e os empregos ao proporcionar meios de compra a alguns segmentos sociais, especialmente àqueles que, por darem sustentação ao governo, terão sido visados por eventuais interesses na baderna econômica. Deixá-los sem os benefícios já incorporados à sua vida os atiraria contra o governo, apregoarem-nos enganados provocaria a retirada da sustentação pela inevitabilidade do sentimento de defraudação. A reação é instintiva e imediata, embora nem sempre permanentemente negativa porque o decurso do tempo nunca aproveitou ao alheamento à realidade.

Os segmentos sociais que sustentam governos não têm de conhecer os complicados raciocínios políticos e econômicos mediante os quais governos são destruídos e benefícios às classes menos favorecidas se perdem, desde que os motivos de sua formulação sejam satisfeitos. Há uma espécie de poder doentio que não "pensa" com a razão, nem tem pátria. Ele não é cruel ou imoral, é amoral, uma combinação de fera e réptil que apenas visa à satisfação dos próprios apetites. O que trará os empregos de volta serão os investimentos fixos dos nossos homens de negócio, a abertura e a recuperação de mercados. Nesse contexto não sobra protagonismos para as Administrações, mas ações permanentes no sentido de criar condições para quem tem de investir, coisa interna, sem capitais flutuantes que de uma hora para outra desaparecem, deixando-nos a ver navios. Como agora. Minha compreensão do todo da situação se consolida: Nossa Economia real é isso que está aí, nos níveis em que foi colocada pelo Mercado e pelo Empresariado. Só eles podem mudar o quadro. Considere o seguinte: Como pode, numa Economia que vive sendo xingada, maltratada, pisoteada e desmoralizada a Bolsa subir em 4 semanas médias de 48.000 para quase 62.000 pontos? Posições sendo compradas na baixa para serem vendidas na alta, com realização de lucros, na recuperação? De fato, em números e projeções, onde estão as evidências que justifiquem essa corrida? Alguma coisa em pauta? Petrobras?

